

Pais denunciam mensalidades



Elisa Martins adverte: mesmo não sendo justo, aumento é legal

As reclamações de pais de alunos de escolas particulares, contra os preços das mensalidades calculados pelo Conselho de Educação do DF, estão batendo os recordes do Grupo Executivo de Defesa do Consumidor (Procon). Segundo Elisa Martins, diretora do Procon, "os pais lutaram, lutaram, e morreram na praia. O aumento é legal, mas não é justo".

Elisa Martins analisou a tabela divulgada pelo Conselho de Educação e encontrou escolas que aumentaram suas mensalidades em até 1.000%, de dezembro de 1987 a novembro de 1988. Com isso, garante ela, fica inviável manter filhos nas escolas, pois nenhum salário obteve a mesma percentagem de aumento. Além disso, o Governo

não oferece vagas suficientes para suprir a demanda de alunos.

Mandado

Baseada nisso, Elisa Martins tem orientado os pais no sentido de que sejam os primeiros cidadãos a lançarem mão, a partir do próximo dia 6 de outubro, de um instrumento legal chamado Mandado de Injunção, aprovado pela Assembléia Nacional Constituinte. "Acionando este Mandado de Injunção contra o Estado, por não estar cumprindo os princípios constitucionais, dentre eles o dever de oferecer educação a partir de zero ano de idade, os pais obrigam o Governo a tomar alguma providência que garanta o acesso à escola", explicou Elisa Martins.